



UMA LEITURA NECESSÁRIA SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS EM GUANAMBI E NA BAHIA.

Marcos Gomes Pereira ¹
Ionara Montalvão Gomes ²
Marinalva Nunes Fernandes ³
UNEB – PPGEDuF- DEDC XII
Rosana de Jesus cedro ⁴

Resumo

Este estudo analisa a situação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos no município de Guanambi, Bahia, destacando os desafios enfrentados e a necessidade de implementação eficaz das políticas públicas previstas no Plano Municipal de Educação (PME). Com base em dados do IBGE e da PNAD 2022, o estudo revela que Guanambi apresenta um elevado índice de analfabetismo, o que evidencia a ineficácia das ações educacionais voltadas para essa população. A pesquisa sugere que os gestores municipais devem priorizar a aplicação das recomendações do PME, incluindo campanhas de matrículas, oferta de turmas de EJAI em toda a cidade e parcerias intersetoriais. A criação de um Observatório da Educação de Jovens e Adultos (OBEJA) e a oferta de bolsas de estudo são apontadas como estratégias essenciais para garantir a inclusão social e o desenvolvimento pessoal e econômico dos cidadãos. O estudo conclui que a alfabetização é crucial para a cidadania e a qualidade de vida dos sujeitos da EJAI em Guanambi.

Palavras-chave: Analfabetismo. Educação de Jovens e Adultos. Inclusão social. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

¹ Licenciado em Pedagogia pela UNEB *Campus* XII; mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente (PPGUDuF), Departamento de Educação (DEDC), Campus XII da UNEB em Guanambi; professor dos anos iniciais (EJA) do Ensino Fundamental na rede pública do município de Guanambi – Bahia, na escola Municipal Maria Regina Freitas. E-mail: marcospedagogia@hotmail.com

² Licenciada em Pedagogia pela UNEB *Campus* XII; professora dos anos iniciais (EJA) do Ensino Fundamental na rede pública do município de Guanambi – Bahia, na escola Municipal Emília Mila de Castro. E-mail: montalvaogomesionara@gmail.com

³ Doutorado e Mestrado em Educação pela PUC/GO. Pedagoga pela Universidade do Estado da Bahia; Professora Permanente nos Programas de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS/UNEB) vinculada a Linha II, Ensino, Saberes e Práticas Educativas e no Programa de Pós-graduação em Educação e Formação Docente (PPGEDuF/UNEB Campus XII). E-mail: mmfernandes@uneb.br

⁴ Licenciada em Pedagogia pela UNOPAR; mestranda em Docência Universitária pela (UTN) Buenos Aires; Pós-graduação em Gestão do Trabalho Pedagógico (FRETREMIS); Coordenadora Pedagógica da rede pública do município de Guanambi – Bahia, na Escola Municipal Maria Regina Freitas. E-mail: rosana@edu.guanambi.ba.gov.br



Historicamente, o Brasil não efetivou políticas públicas educacionais voltadas para as classes mais pobres e trabalhadoras. A partir do século XX, com mudanças no cenário político e econômico, surgiram campanhas de alfabetização de adultos, motivadas principalmente pela necessidade de atender às demandas do mercado de trabalho. Foi somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que a educação passou a ser reconhecida como um direito universal, independente de idade, classe social, cor ou gênero. Amparada na CF/88 e reforçada pela Lei nº 9.394/96, a Educação de Jovens e Adultos (EJA)⁵ tornou-se uma política pública reconhecida nacionalmente, integrando os sistemas de educação como um dever do Estado e um direito dos cidadãos.

No entanto, a educação de jovens e adultos ainda enfrenta grandes desafios no Brasil, refletindo a dívida histórica do Estado com essa população. Muitos desses cidadãos, que contribuíram para o desenvolvimento do país com sua força de trabalho, não tiveram acesso a uma educação de qualidade e, conseqüentemente, permanecem à margem da sociedade. Este cenário é particularmente preocupante no município de Guanambi, na Bahia, que apresenta elevados índices de analfabetismo, evidenciando a necessidade urgente de implementação eficaz das políticas públicas já previstas em lei.

OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo analisar a situação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos no município de Guanambi, Bahia, destacando os desafios enfrentados e as ações necessárias para a efetiva implementação das políticas públicas previstas no Plano Municipal de Educação (PME). Pretende-se, ainda, discutir a importância da alfabetização como ferramenta de inclusão social e melhoria da qualidade de vida, contribuindo para o desenvolvimento pessoal, econômico e social dos cidadãos.

METODOLOGIA

⁵ Educação de Jovens, Adultos e Idosos.



A metodologia utilizada neste estudo baseou-se em uma análise documental do Plano Nacional de Educação (PNE), do Plano Estaduais de Educação (PEE) e do Plano Municipal de Educação (PME) de Guanambi. Foram também consultados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2022, que forneceram informações sobre o índice de analfabetismo no município e no estado da Bahia. Além disso, realizou-se uma revisão de literatura para contextualizar historicamente as políticas de EJA no Brasil e compreender os desafios enfrentados na sua implementação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos é uma modalidade de ensino que surge como resposta às necessidades de inclusão social e de promoção da cidadania para indivíduos que não tiveram acesso à educação na idade adequada. O conceito de educação como direito universal, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96), é central para a compreensão das políticas públicas voltadas para a EJAI. Essas legislações garantem o direito à educação independentemente da idade, classe social, cor ou gênero, reforçando o papel do Estado na provisão de uma educação inclusiva.

Paulo Freire, em sua obra "Pedagogia do Oprimido" (2021), oferece um arcabouço teórico fundamental para a EJAI, ao tratar da educação como um ato de libertação. Freire argumenta que a alfabetização deve ser um processo emancipatório, capaz de transformar a realidade dos indivíduos e promover a sua plena participação na sociedade. Esta perspectiva é essencial para a implementação de políticas que busquem não apenas a erradicação do analfabetismo, mas também a inclusão social dos educandos.

No contexto das políticas públicas educacionais, o Plano Nacional de Educação (PNE), juntamente com os Planos Estaduais (PEE) e Municipais de Educação (PME), fornecem diretrizes para o planejamento e a execução de ações que visam melhorar o acesso à educação. Esses planos são instrumentos de monitoramento e planejamento que buscam garantir o



cumprimento das metas educacionais estabelecidas pelo Estado, destacando a importância de ações específicas para a EJA.

A análise dos dados fornecidos pelo IBGE e pela PNAD, que indicam elevados índices de analfabetismo em Guanambi, reforça a necessidade de uma ação integrada e eficaz para garantir que a educação se torne uma realidade para todos, contribuindo para o desenvolvimento pessoal, social e econômico da população.

DISCUSSÃO

Os dados revelam que, em 2022, o município de Guanambi, com uma população de 87.817 habitantes, apresentava um índice de 10,3% de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais, segundo a PNAD/IBGE. Este número coloca Guanambi entre os territórios com maiores índices de analfabetismo do Brasil, o que reflete a ineficácia das políticas públicas de educação voltadas para jovens e adultos.

A falta de escolaridade impacta diretamente na capacidade dos indivíduos de exercerem plenamente sua cidadania, já que muitos não possuem habilidades básicas, como ler e escrever, essenciais para a vida cotidiana e para a participação ativa na sociedade. São trabalhadores sem direitos trabalhistas, sem dignidade, sem perspectivas. São pessoas que não sabem enviar um e-mail, fazer um currículo, escrever uma mensagem no celular, anotar um recado... são, na maioria, rostos de mulheres, pretos e pobres que, por vários motivos, não tiveram a oportunidade de estudar.

A situação em Guanambi evidencia a necessidade urgente de que os gestores municipais cumpram seu papel na implementação das políticas públicas recomendadas pelo PME. Entre as recomendações para 2024, destacam-se a realização de campanhas de matrículas no início do ano letivo, a oferta de turmas de EJA em todos os bairros da cidade e na zona rural, e a busca por parcerias com as secretarias de saúde e assistência social para uma abordagem intersetorial. Além disso, é fundamental a criação de um Observatório da Educação de Jovens e Adultos (OBEJA) e a oferta de bolsas de estudo para garantir a permanência dos alunos na escola. Essas



medidas, se implementadas, poderão transformar a realidade educacional do município, permitindo que mais pessoas tenham acesso à educação, conquistem seus direitos e possam contribuir de forma mais ativa para o desenvolvimento social e econômico de Guanambi.

CONCLUSÕES

A análise da situação da EJAI em Guanambi revela uma necessidade urgente de ações concretas por parte dos gestores municipais para enfrentar o elevado índice de analfabetismo. A efetiva implementação das políticas públicas previstas no PME é fundamental para garantir que o direito à educação se torne uma realidade para todos os cidadãos, independentemente de sua idade. A alfabetização não apenas promove a inclusão social, mas também potencializa o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e da comunidade como um todo.

Este estudo reforça a importância de políticas educacionais voltadas para jovens, adultos e idosos, e chama a atenção para o papel fundamental dos gestores públicos na promoção de uma educação de qualidade que seja acessível a todos. A EJAI em Guanambi precisa deixar de ser um direito apenas no papel e se tornar uma prática efetiva, capaz de transformar vidas e fortalecer a cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988

BRASIL. LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17 Ago. 2024

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 79 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GUANAMBI. **Plano Municipal de Educação: 2015 – 2025 (PME)**. Guanambi: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 10 Ago. 2024.